



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



## **Gestão local na perspectiva da reestruturação produtiva do agronegócio e suas demandas multi-escalares: os casos de Piracicaba e Ribeirão Preto**

Local management from the perspective of the productive restructuring of agribusiness and its multi-scale demands: the cases of Piracicaba and Ribeirão Preto

*Eliana Tadeu Terci<sup>1</sup>, Universidade de São Paulo (USP),  
etterci@usp.br*

---

<sup>1</sup> Professora da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo.

## RESUMO

O artigo resulta de estudo comparativo de processos urbanos no interior paulista na vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 2001, que regulamenta a política urbana da Constituição Federal de 1988). Toma-se como base empírica os municípios sedes de duas regiões canavieiras paulistas – Piracicaba (mais antiga) e Ribeirão Preto (mais dinâmica). Consideram-se: (i) os impactos demográficos, sociais e urbanos da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira; e (ii) as ações dos atores públicos e privados na configuração urbana e gestão da cidade. O processo de financeirização da economia mundial desde 1990, impôs a redução do Estado, acirrou a competitividade internacional, promovendo amplo processo de reestruturação produtiva. Particularmente, implicou na internacionalização do agronegócio brasileiro, impactando as localidades, integrando-as em hierarquias multiescalares forjadas pelas demandas da logística das cadeias produtivas, da produção, e escoamento de commodities. Essa conjuntura reorienta a relação entre os setores público e privado e as vantagens locais das cidades serão largamente utilizadas na atração dos negócios, caracterizando o *empresariamento* urbano. Concomitantemente, a implantação do Estatuto da Cidade ampliou as prerrogativas dos municípios, porém subordinou a dinâmica urbana à função social da propriedade e à inclusão urbana. A contradição entre parâmetros do Estatuto da Cidade, reestruturação do agronegócio e práticas de *empresariamento* urbano marca a evolução urbana de Piracicaba e Ribeirão Preto nas últimas décadas.

**Palavras Chave:** Estatuto da Cidade; Agroindústria canavieira; Gestão urbana.

## ABSTRACT

The article is the result of a comparative study of urban processes in the inner of São Paulo since the City Statute (Federal Law 10,257 of 2001, which regulates urban policy of the Federal Constitution of 1988). The empirical basis is the municipalities of two sugarcane regions of São Paulo - Piracicaba (older) and Ribeirão Preto (more dynamic). It is considered: (i) the demographic, social and urban impacts of the productive restructuring of the sugarcane agro-industry; and (ii) the actions of the public and private actors in the urban configuration and city management. The process of financialisation of the world economy since 1990 imposed the reduction of the State, intensified international competitiveness, promoting a broad process of productive restructuring. Particularly, it implied the internationalization of the Brazilian agribusiness, impacting the localities, integrating them into multi-scale hierarchies forged by the demands of the logistics of the productive chains, the production, and the flow of commodities. This scenario reorients the relationship between the public and private sectors and the locational advantages of cities will be widely used in the attraction of business, characterizing urban entrepreneurship. Concomitantly, the implementation of the City Statute extended the prerogatives of municipalities, but subordinated urban dynamics to the social function of property and to urban inclusion. The contradiction between parameters of the City Statute, restructuring of agribusiness and practices of urban entrepreneurship marks the urban evolution of Piracicaba and Ribeirão Preto in the last decades.

**Keywords:** Statute of City; Agroindustry sugarcane; Urban management.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa que a autora vem desenvolvendo, cujo objetivo é realizar um estudo comparativo de processos de desenvolvimento do interior paulista no período recente<sup>2</sup>. Consideram-se duas variáveis principais: (i) os impactos demográficos, sociais e urbanos resultantes da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira nas regiões de inserção desses municípios; e (ii) as ações dos grupos privados e do poder público municipal na configuração urbana e gestão da cidade. Toma-se como base empírica os municípios sedes das duas regiões canavieiras do estado de São Paulo – Piracicaba (a mais antiga) e Ribeirão Preto (a mais dinâmica).

Quanto ao escopo cronológico, 2000-2015, delimita-se o período a partir da vigência do Estatuto da Cidade, cujo arcabouço regulatório traduz as aspirações históricas da luta pela reforma urbana, contempladas nos capítulos 182 e 183 da Política Urbana da Constituição Federal de 1988: na subordinação da lógica urbana à função social da cidade e da propriedade mediante diversos instrumentos regulatórios e restritivos. Esse marco regulatório entrou em vigor numa conjuntura bastante adversa, a da financeirização da economia mundial, estando em franca contradição com a abertura econômica e a reestruturação produtiva vigentes desde meados de 1990 que orientou as políticas macroeconômicas em perspectiva liberalizante, impôs a redução do papel planejador do Estado e acirrou a competitividade internacional resultando em amplo processo de reestruturação produtiva. Particularmente, conferiu dramática internacionalização ao agronegócio brasileiro, impactando fortemente as localidades, construindo hierarquias multiescalares forjadas pelas demandas da logística das cadeias produtivas, da produção, transformação e escoamento de commodities.

No que se refere à intervenção regional e urbana, passou a prevalecer a crença no velho mito liberal de que as distorções pontuais do progresso seriam resolvidas no curso natural da economia de mercado autorregulado, de modo que um adequado ambiente de negócios favoreceria a distribuição demográfica e produtiva de forma equilibrada regionalmente. Segundo a compreensão que pauta o denominado planejamento estratégico, as cidades estão sujeitas aos mesmos desafios que as empresas, consolidados na convencionada “competição interurbana” (Castels; Borja, 1996).

Cumprir, portanto, estabelecer as relações entre o processo de reestruturação do agronegócio globalizado, a realocação das plantas industriais e o padrão de urbanização que daí deriva, considerando as ações dos setores público e privado na dinâmica urbana, ou seja, analisar a relação entre as dinâmicas econômica e urbana. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade representa um grande desafio enquanto proposta de construção de um projeto inclusivo para a cidade, numa conjuntura em que prevalece “a lógica da urgência da crise e o não respeito à alteração e ao *timing* dos sujeitos políticos e sociais” (Brandão, 2004).

Várias indagações conduzem a análise aqui proposta: como os desdobramentos mais flagrantes da conjuntura recente, especialmente a reestruturação produtiva do agronegócio e a realocação

---

<sup>2</sup> A pesquisa tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo 444.106/2015-4, intitulada Planejamento urbano e desenvolvimento contemporâneo no interior paulista: um estudo comparado sobre as cidades de Ribeirão Preto e Piracicaba [2000-2015].

industrial atingem as várias cidades? Como os grupos econômicos e o poder público se articularam para promover a agenda da inovação e da competitividade? De quais instrumentos e recursos se valem? Quais os impactos urbanos mais marcantes? Quais são os contrastes entre as diretrizes do Estatuto da Cidade, os eixos definidores dos Planos Diretores locais e a dinâmica urbana? Tais indagações merecem ser contextualizadas no estudo de duas cidades do interior paulista, sedes de duas importantes regiões canavieiras do estado de São Paulo: Ribeirão Preto e Piracicaba.

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, INTERNACIONALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

A década de 1980 constitui decisiva inflexão para a sociedade e economia brasileiras. De um lado, presenciou-se o atabalhoado processo de redemocratização que sucedeu o modelo autoritário e militar e prolongou-se por quase toda a década, tendo como desfechos a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento de eleições diretas para a presidência da República a partir do pleito de 1989. De outro, revelavam-se naqueles anos as mazelas do desenvolvimentismo em sua versão autoritária, cuja ideologia do crescimento a todo preço resultava em enorme crise fiscal do Estado manifesta por incontroláveis dívidas pública interna e externa e um processo de inflação acelerada.

Reconhecida com a década perdida, a gestão macroeconômica foi conduzida por uma sucessão de planos malsucedidos de combate à inflação e de idas e vindas ao Fundo Monetário Internacional, que somente conseguiram agravar a recessão que distingue toda a década.

Os anos de 1990 não trouxeram alento, pois o avanço agressivo do neoliberalismo pactuado no receituário do Consenso de Washington, laureou o processo de financeirização da economia e desregulamentação dos mercados, haja vista que foram as grandes corporações multinacionais os principais agentes deste processo, respondendo “por aproximadamente um terço de toda a produção e por 60% das exportações mundiais” (Paulino, 2002, p. 82-83).<sup>3</sup>

Nessa nova conjuntura, a redução do papel planejador do Estado se impôs como condição para acesso aos fluxos de recursos e investimentos externos, de modo que a abertura e a reestruturação produtiva emergiram, supostamente, como imperativos para reverter as distorções do desenvolvimentismo brasileiro frente à nova agenda da inovação tecnológica em curso. Seguiu-se intenso processo de desmonte do aparato estatal com a privatização das principais empresas públicas que historicamente sustentaram o processo de industrialização brasileira, sob o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se converteu em agente da privatização, perdendo sua antiga função, somente recuperada a partir de 2003.

A política de estabilização monetária (Plano Real) teve efeito nefasto sobre o crescimento e o emprego em virtude dos juros elevados, do câmbio sobrevalorizado e do sacrifício imposto a economia nacional. Apesar da mudança na política cambial a partir de 1999, que reverteu a situação externa, a adoção do regime de metas inflacionárias manteve a política macroeconômica presa às decisões do Banco Central, que seguiu sustentando uma política conservadora em relação aos juros. Esse movimento foi extremamente penoso para a indústria de transformação, que

---

<sup>3</sup> Segundo o mesmo autor, “metade desse fluxo ocorre interfirmas, ou seja, entre diferentes unidades de uma mesma empresa. Esse verdadeiro exército de ocupação da economia mundial é composto por cerca de 40 mil empresas e 250 mil filiais espalhadas pelo mundo. O total de ativos das filiais estrangeiras correspondia, em 1999, a um valor equivalente a 60% do PIB mundial, bem acima dos 27% do começo dos anos 90 e dos 18% do início dos 80” (Paulino, 2002, p. 82-83)

desde 1985 vem apresentando sensível perda de participação no PIB, indicando preocupante processo de desindustrialização do país: após ter registrado sua maior taxa de participação no PIB (27,2% em 1985), vem declinando sistematicamente, chegando a 15,5% em 2009 (Dieese, 2011).

A entrada no novo milênio, entretanto, e o *boom* das *comanditeis* indicava o rumo a seguir. Do ponto de vista da divisão internacional do trabalho as projeções acenavam uma concertação promissora para os denominados países emergentes, principalmente o grupo formado pelos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China): respeitadas as condicionantes essenciais – estabilidade macroeconômica, instituições estáveis, abertura comercial e financeira e educação de qualidade – o grupo poderia se tornar, antes de 2050, uma força econômica maior do que o G6, em termos do produto interno bruto medido em dólares, de acordo com o estudo realizado por Purushothaman e Wilson (2003).<sup>4</sup>

Ao Brasil reservava-se a condição de grande exportador agropecuário do binômio alimentos e energia, cuja participação no comércio exterior aumentou de 2,43% em 1990-94 (ano da criação da OMC) para 2,92% em 1995-98: valendo-se de suas enormes vantagens naturais e de um avançado sistema de P&D financiado pelo Estado, através da Embrapa; as perspectivas dos agronegócios da carne, da soja e da cana-de-açúcar eram as mais promissoras.

Tratou-se do processo de globalização do agronegócio.<sup>5</sup> De fato, o setor entrou na mira do movimento internacional de capitais e se converteu num campo alvissareiro aos investimentos diretos, principalmente a agroindústria canavieira e da soja. Os dados são surpreendentes: no complexo soja (grão, farelo e óleo), as multinacionais *Bunge*, *ADM*, *Dreyfus* e *Amaggi* dominam “50% das capacidades de esmagamento da oleaginosa; 65% da produção nacional de fertilizantes; 80% do volume de financiamento liberado pelas tradings ao cultivo do grão; 85% da soja produzida no país; 95% das exportações in natura; e 8,1% das exportações nacionais” (Pastre, 2015, p. 3-4).

Na agroindústria canavieira, a situação não é diferente: enquanto em 2003 apenas 4% do investimento era procedente de grupos estrangeiros, em 2008 essa porcentagem elevou-se a 12,4% e a 25,6% em meados de 2010, num processo de concentração reconhecido pelo presidente da DATAAGRO, Plínio Nastari, e registrado pela revista *Caros Amigos*: “Hoje, temos 179 grupos econômicos controlando 457 usinas no País. Em 15 anos, vamos ter não mais que 50 ou 60 grupos”.<sup>6</sup> Entre tais grupos figuram os ligados a commodities agrícolas como *Bunge* e *Dreyfus*, atuantes no complexo soja; empresas multinacionais de combustíveis como a *Shell*; fundos de investimentos a exemplo de *Arion Capital* e *Clean Energy*; além de grupos que atuam em diversos segmentos como a *Cargil*, a *Tereos Internacional*, a *UMEO Bioenergy*, a *ETH Bioenergia*. (Oliveira, 2013).

---

<sup>4</sup> O estudo foi realizado publicado pelo Banco Goldman Sachs e, além do PIB (GDP), “Our conclusions fall under five main topics: 1) economic size; 2) economic growth; 3) incomes and demographics; 4) global demand patterns; and 5) currency movements” (Purushothaman e Wilson, 2003: 04).

<sup>5</sup> O termo, cunhado por Elias (2013), na verdade processa-se num *continuum* desde os anos 1960 e “Resultou, entre outros, na exacerbação da apropriação capitalista da agricultura, com significativo incremento da agricultura empresarial, apoiada em um modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital, ao qual chamaremos aqui de agronegócio globalizado. Esse tem referência planetária e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica no período histórico atual, incluindo a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, o que só faz aprofundar a difusão desse modelo de produção” (Elias, 2013: 14).

<sup>6</sup> Ver: Temp, Luiz Hilton. Os Gringos invadem o campo. 07/06/2010. Disponível em <http://www.luiiztemp.com.br/index.php?idmateria=1841>. Acesso em 10/06/2015.

Os dados são deveras reveladores da maneira como ocorre a inserção brasileira na nova economia globalizada: o desempenho das empresas agroexportadoras demonstra que o Brasil ampliou sua inserção nas cadeias produtivas do agronegócio globalizado, estreitando laços entre as empresas nacionais e as grandes corporações, através de fusões e incorporações, estratégia benéfica a ambos, diga-se, pois que permitiu “expandir sobremaneira a área agricultada nos biomas amazônico e cerrado, controlar custos, assegurar previsibilidade na qualidade e quantidade da matéria prima, difundir rapidamente as inovações tecnológicas e minimizar seus custos de transação, fortalecendo suas posições hierárquicas e ampliando seu escopo e capacidade de investimento” (Pastre, 2015: 02).

Verificaram-se assim, profundas transformações no processo produtivo da agropecuária que se reestrutura incessantemente, mediante incremento científico, tecnológico, informacional e de diferentes capitais e, obviamente, transferem para o exterior e para as corporações as decisões mais importantes sobre a dinâmica do setor, limitando sobremaneira o alcance das políticas nacionais com vistas ao desenvolvimento.

Ademais, sob a égide do agronegócio globalizado ocorre uma dispersão espacial da produção pelo território, cujos principais vetores são a descentralização industrial, a guerra fiscal promovida pelas unidades federadas para atrair investimentos, as especializações produtivas do território, a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva própria da agropecuária. Tal movimento promove ampla reorganização do território atendendo à formação das Redes Produtivas Agrícolas (Elias 2011).<sup>7</sup> Nelas, as grandes corporações são as maiores produtoras do espaço urbano e rural, alterando a relação campo-cidade e a urbanização, articulando-as sob a égide das RPAs, cujas cadeias produtivas demandam procedimentos que ocorrem no espaço urbano e respondem a funções específicas do agronegócio, como criação de infraestrutura de distribuição dos subprodutos, gestão e reprodução da força de trabalho, a formulação e implementação de políticas públicas etc.

O impacto no crescimento das cidades é avassalador; segue interferindo e transformando trajetórias consolidadas, identidades, costumes, modos de vida, reeditando velhos e novos desafios. Desta forma, segundo Elias (2011), a partir do agronegócio globalizado, processa-se a dialética entre o local e a ordem global, conectando diretamente as Regiões Produtivas Agrícolas, aos centros de poder e consumo mundial. “Assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais” (Elias, 2013, p. 155).

Na verdade, mais do que rupturas, o que se observa é o corolário da “ideologia do crescimento” que remonta ao Milagre dos anos 1970, conforme Milton Santos e que “conduziu o país a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicosfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade” (Santos, 2009, p. 117).

Essa construção favoreceu a presença e predomínio das grandes corporações que operam no mercado em todas as suas esferas (produção, distribuição e consumo) e, com consentimento

---

<sup>7</sup> Elias alerta que as RPAs em nada lembram a categoria mais clássica do conceito geográfico de região, de raízes históricas, dotada de certa autonomia. De acordo com a autora: “as RPAs devem ser estudadas como lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção de importantes *commodities*, cada vez menos resistente às ingerências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, comandado por algumas empresas hegemônicas do setor, tornando-se lugares do fazer do agronegócio globalizado” (Elias, 2011, p. 156).

e/ou parceria do poder público, interferem no processo de urbanização e produção do espaço, produzindo a cidade corporativa na conceituação de Santos (2009).

Até os anos 1970, a ideologia do desenvolvimentismo ancorada em um arcabouço tecnocrático sofisticado, assegurava ao aparelho de Estado o controle sobre as decisões de planejamento e regulamentação do território, bem como das decisões de aparelhamento e infraestrutura. Dessa forma, o arranjo espacial das cidades obedecia à lógica do projeto de desenvolvimento, constituindo peças de um mosaico e representavam, “de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado” (Santos, 2009, p.119-120).

Após os anos 1990, a coincidência entre o fausto progresso tecnológico promovido nos transportes e nas comunicações e difusão da ideologia do estado mínimo, da desregulamentação dos mercados e da abertura econômica, as cidades assumem um protagonismo inédito, uma vez que a liderança das corporações multinacionais na condução da economia estabeleceu o mercado autorregulado como o ambiente apropriado para sanar as distorções pontuais do processo de modernização em curso. Bastava construir um adequado ambiente de negócios para que a distribuição demográfica e produtiva se estabelecesse de forma equilibrada regionalmente.

Esse fenômeno sinaliza a hipótese a ser investigada em processos urbanos concretos, tomando como base empírica dois municípios do interior do estado de São Paulo, Ribeirão Preto e Piracicaba, ambos representativos da evolução da economia paulista e da conjuntura recente. Cidades de raízes históricas peculiares que se consolidaram como sedes de centros regionais, cujo desenvolvimento foi determinado pela expansão da agroindústria canavieira em substituição ao café e pela formação de pujante núcleo metalomecânico que deu suporte ao complexo sucroalcooleiro paulista polarizado pelas duas regiões – Piracicaba, a mais antiga, e Ribeirão Preto, a mais moderna (Baeninger, et al. 2013; Terci, et. al, 2005). Tal complexo passou recentemente por profundas transformações, conforme sinalizou-se, impulsionadas pela agenda da reestruturação produtiva, da internacionalização da economia e da alavancagem do agronegócio de exportação.<sup>8</sup>

Particularmente, vale destacar a política energética que privilegia o complexo agroindustrial canavieiro como outro determinante fundamental da dinâmica socioeconômica regional e das cidades definidas para a base empírica deste estudo. Definido como estratégia para substituir em larga escala os combustíveis derivados do petróleo, bem como alternativa à queda do preço do açúcar nos mercados internacionais, o álcool mereceu atenção especial do governo entre 1975-79, recebendo pesados subsídios. O Proálcool criado no âmbito do II PND, adequou o motor ao novo combustível e possibilitou a redução da dependência de divisas para importação de gasolina naquele período conturbado pelas crises do petróleo. Entre 1975 a 2000, produziram-se cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado e reduziu-se a demanda de gasolina através das adições de fração de álcool anidro em mais dez milhões de veículos<sup>9</sup>. A partir de então o setor e o

<sup>8</sup> Vale lembrar que a cultura canavieira é de longe a mais importante atividade agropecuária do estado de São Paulo, respondendo por 44,3% do valor da produção em 2011 (IEA, 2012). Em 2013 representou 51,31% (4.515.360 hectares) da área plantada e por 55,73% (363.396,2 toneladas) da produção nacional de cana; 60,64% (189.329,4 mil toneladas) da produção nacional de açúcar e 51,18% (13.908.376,8 mil litros) da produção nacional de etanol (CONAB, 2013).

<sup>9</sup> PRÓALCOOL - PROGRAMA BRASILEIRO DE ÁLCOOL, *Biodieselbr*, 2005. Disponível em:

<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol.htm>. Acesso em 14/11/2014.

programa passaram por altos e baixos, seja em virtude das sucessivas crises de desabastecimento que ocorriam sempre que os preços do açúcar – subproduto da cana-de-açúcar concorrente do álcool – se elevavam no mercado de *commodities*, seja em virtude das oscilações dos preços dos derivados do petróleo que tornavam a gasolina mais barata que o álcool, seja ainda como consequência da crise fiscal prolongada da década de 1980, que levou a desativação do Proálcool no bojo do processo de desregulamentação dos anos 1990.

A recuperação do complexo agroindustrial canavieiro (CAI canavieiro) a partir de 2000 deveu-se primeiramente a elevação dos preços internacionais do açúcar, posteriormente a posição privilegiada que o álcool ocupou na política energética do governo Lula, que priorizou o programa de alavancagem dos biocombustíveis, com particular atenção ao álcool e, finalmente, pela adoção do motor bicombustível (2003) que eliminou as consequências nefastas do desabastecimento. A expansão do setor foi de grande monta, tanto na área plantada de cana-de-açúcar, cujo “mar de canas” extrapolou as fronteiras do estado de São Paulo, como em unidades produtivas com o surgimento de novas usinas de açúcar e álcool. Para se ter ideia da dimensão dessa expansão e o impacto no estado de São Paulo, dados do IBGE apontam que entre 1990 e 2010, a área ocupada com cana-de-açúcar passou de quatro para nove milhões de hectares, sendo três milhões só no estado de São Paulo que passou de 1.800 mil/ha em 1990 para cinco milhões em 2010 (Koga-Vicente; Zullo Junior; Aidar, 2013). Da mesma forma, entre 2004 e 2010, as companhias ampliaram seus investimentos, mais de cem novas unidades agroindustriais foram construídas, tendo o setor atingido cerca de quatrocentas empresas.

No que se refere à distribuição espacial, aos desequilíbrios regionais e à exclusão urbana que não foram resolvidos, mantem-se a sujeição à competição interurbana e à guerra fiscal. Estudos recentes baseados na evolução urbana das últimas décadas indicam um processo de fragmentação do espaço nacional à medida que, na conjuntura de internacionalização da economia, as regiões dinâmicas e suas sedes priorizam a conexão direta com a economia internacional, desfazendo-se antigos laços regionais de complementaridade produtiva. As políticas federais, a exemplo do Programa de Ação para o Crescimento (PAC), contribuem, mesmo que involuntariamente, com essa tendência, haja vista o apoio aos arranjos produtivos com vistas à consolidação dos polos exportadores.<sup>10</sup> Outro desdobramento foi a desindustrialização (prematura) observada no aumento da participação do setor serviços no PIB municipal em detrimento da indústria.

De modo geral, todos os esforços convergiram para a construção de um ambiente funcional, harmônico e consensual de modo a equacionar os conflitos de interesses e da política para evidenciar “os espaços urbanos e regionais aptos a saltarem escalas (do local diretamente ao mundo), inserindo-se e articulando-se às redes e fluxos globalizados” (Brandão, s/d, p. 39). Essa diretriz ressignifica a temática urbana: os recorrentes problemas do crescimento desordenado, bens coletivos, moradia, especulação imobiliária, dão lugar à preocupação com o marketing urbano, principal instrumento de planejamento, pois “o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria” (Vainer, 2000, p. 76). Assim, “a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana*” (idem, p. 80).

Analisando esse contexto de forma mais ampla, Harvey (1996)<sup>11</sup> identifica o surgimento de uma nova abordagem na administração urbana com o avanço de práticas relativas ao que denomina

<sup>10</sup> Para uma síntese desse debate, ver: ROLNIK; KLINK, 2011.

<sup>11</sup> Ainda que o autor se refere ao ocorrido nos países centrais, é possível identificar grande semelhança no caso brasileiro.

*empresariamento* das cidades, as quais passam a ser valorizadas pelo seu perfil empresarial. Tais práticas têm sido disseminadas em virtude da ausência de uma coordenação centralizada, o que permite ao setor privado e ao poder público reunirem esforços no sentido de reposicionar a economia local de acordo com os novos padrões de competitividade internacional e dos programas públicos federais. Abriu-se dessa maneira, intenso processo de competição entre as cidades na atração dos investimentos, principalmente das corporações transnacionais, promovendo-se um “verdadeiro leilão de localização” (Cano, et. al., 2007). Nesse contexto, “as antigas ideias de planejamento e desenvolvimento foram substituídas pelas políticas dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), nome inventado no Brasil para substituir, com fragilidade, os *clusters* ou verdadeiros distritos industriais” (idem, p. 38).

Essas referências são fundamentais para a compreensão e análise das especificidades das dinâmicas urbanas e os estudos de caso são imprescindíveis para se aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, haja vista que a diversidade de situações revela-se extremamente complexa, seja em virtude das temporalidades distintas em que as cidades e regiões foram sendo acometidas pela expansão do agronegócio, seja pelas diferentes escalas com que participam dele. Em outros termos é preciso compreender o conjunto de articulações multi-escalares também no contexto regional, pois, “se há hierarquias globais, nacionais e inter-regionais, há também as que se expressam no contexto das redes urbanas regionais” (Oliveira, 2013, p. 92).

A investigação dessa base empírica busca contribuir para elucidar a configuração espacial que resulta da presença da agroindústria canavieira, cuja evolução “aponta para a diversidade das dinâmicas econômicas, demográficas e sociais” (Baeninger, et al, 2013, p. 7) com importantes desdobramentos para a economia regional e urbana e geração de externalidades negativas como a monocultura, empregos precários e impactos ambientais.

Paradoxalmente, entretanto, nesta mesma conjuntura ocorreu a implantação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), novo marco regulatório da política urbana (capítulos 182-183 da Constituição Federal de 1988), que ampliou as prerrogativas dos municípios, subordinou a dinâmica urbana à função social da propriedade e impôs mecanismos participativos na tomada de decisões de políticas públicas. As prerrogativas do desenvolvimento com inclusão urbana, maior controle e regulação da produção do espaço pelas municipalidades, resultado de um longo processo de descentralização administrativa e financeira, teve no Estatuto da Cidade o eixo estruturador alicerçado no papel social da propriedade e do uso do solo urbano, contrapondo-se ao *empresariamento* que preside as ações público-privadas em favor da reestruturação produtiva.

Para levar a cabo esse novo arcabouço legal urbano, os municípios necessitariam elaborar e/ou revisar seus Planos Diretores com objetivos centrados nas questões efetivamente relacionadas à produção do espaço urbano, respeitando a função social da cidade. Mais ainda: o Artigo 40 do Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como “instrumento básico da política de desenvolvimento urbano” (Estatuto da Cidade, 2002, p. 40).<sup>12</sup> Assim busca-se evidenciar as contradições entre os parâmetros do Estatuto da Cidade e as práticas de *empresariamento* urbano na gestão das cidades nos anos recentes.

---

<sup>12</sup> A Constituição de 1988 impôs a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor por todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, exigência regulamentada pelo Estatuto da Cidade em 2001.

## INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA PAULISTA E O LUGAR DAS CIDADES

O interior paulista constitui a segunda força econômica do país. Sua participação no PIB do País era de 15,3%, praticamente metade da contribuição do estado, de 33,1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2008. A configuração territorial que conferiu a essa região tamanha força econômica deita raízes no apogeu da economia agroexportadora cafeeira, condicionada exogenamente pela dinâmica do comércio internacional articulado pelas nações europeias e estadunidense. Em atenção ao fluxo externo, a expansão cafeeira no interior do estado de São Paulo promoveu dramática integração da região transformando a antiga paisagem rural num grande complexo econômico envolvendo as plantações, ferrovias, bancos e núcleos urbanos que se projetaram nacionalmente. O processo de industrialização posterior acabou concentrado na região cafeeira e seu entorno e, além de não eliminar essa dependência externa, resultou em dramática concentração econômica e demográfica na região Metropolitana de São Paulo, que em 1970 chegaria a 58,1% da indústria de transformação brasileira (Cano, 2007), constituía exemplo emblemático do que veio a ser denominado “caos urbano”: enorme densidade urbana, favelização, degradação ambiental e dos serviços públicos.

A preocupação em reverter o quadro que se manifestava insustentável se concretiza nos anos 1970, com as políticas de desconcentração regional concebidas no âmbito do II PND, que fundamentava-se no “esforço político” de reverter o quadro de crescimento excessivo das duas principais regiões metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) e promover a expansão industrial para o interior e restante do país. A estratégia envolvia a articulação de políticas específicas pelas três esferas de poder executivo – federal, estadual e municipal – e foi considerada exitosa pois resultou na queda de participação da região metropolitana paulista na indústria, atingindo 26% em 1990. O desdobramento mais significativo do processo, entretanto, foi o espraimento da indústria para o interior paulista que já contava com rede de centros urbanos, um promissor desenvolvimento industrial, infraestrutura logística e pela presença de centros de pesquisa e ensino em várias cidades, formando verdadeiro “cordão industrial” (Cano, 1998)

Ribeirão Preto e Piracicaba, dentre outros municípios foram privilegiados pelas políticas do II PND, através da destinação de investimentos do programa Cidades Médias que atendia ao propósito do governo estadual em alavancar o desenvolvimento urbano e regional de São Paulo, visando tornar o interior destinatário de investimentos industriais privados (Souza, 2004).

A criação do Proálcool, em 1975, foi outra iniciativa impulsionadora do desenvolvimento do interior paulista. Através da concessão de crédito e subsídios, o programa estimulou a instalação de destilarias de álcool, seja como unidades novas, seja como unidades anexas às usinas de açúcar já existentes e teve um importante efeito *a montante* afetando positivamente o setor metalomecânico produtor de máquinas e equipamentos para as companhias de açúcar e álcool. (Terci, 2009)

Assim, a região consolidou-se como força econômica e principal destino dos investimentos em busca de alternativas às deseconomias de aglomeração representadas pelas metrópoles: entre 1970 e 2003, enquanto a participação da RMSP na indústria brasileira declinou de 43,5% para 17%, o interior paulista seguiu aumentando seu peso relativo, subindo de 14,7% para 27% no mesmo período. Ademais, o processo de globalização que reestrutura o agronegócio, conforme explanou-se acima, reafirmaram essa tendência, ressignificando a rede urbana e as funções das cidades em suas diferentes escalas. A dominância das atividades financeiras e de serviços sobre as produtivas alçam as metrópoles à condição de “cidades globais”, conceito cunhado por Sassen (1993) para

descrever os novos papéis que aquelas aglomerações passam a cumprir nas escalas dos negócios, abrigando empresas que desempenham atividades mais elevadas na hierarquia e designando às cidades interioranas o estabelecimento das empresas que desempenham funções mais prosaicas, no caso do agronegócio, às funções produtivas propriamente ditas.

### **AS DINÂMICAS REGIONAIS E LOCAIS DO COMPLEXO CANAVIEIRO: O PAPEL DAS CIDADES NA MATERIALIZAÇÃO DAS ARTICULAÇÕES MULTI-ESCALARES**

Considerando-se as particularidades multi-escalares do CAI canavieiro tem-se as configurações regionais das cadeias produtivas que agregam as plantações de cana-de-açúcar, as usinas processadoras, as indústrias de equipamentos e os locais de moradia dos trabalhadores empregados em todos os segmentos da cadeia. Do ponto de vista da territorialização, a cadeia produtiva se instala conectando e posicionando as diversas localidades na divisão regional do trabalho, “fundada na ideia de que todas elas articulam territórios, mesmo que apenas o rural do próprio município” (Oliveira, 2013, p. 92). São as “redes agroindustriais” na denominação de Elias (2011) que articulam todas as atividades inerentes ao agronegócio, seja a agropecuária propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes), sejam atividades de transformação industrial, cuja matéria prima provem da agropecuária, seja de distribuição dos alimentos prontos etc. (idem, p. 155)

As redes agroindustriais, por sua vez, formam as Regiões Produtivas Agrícolas. Adotando-se uma classificação que parte do local, obtém-se uma situação bastante diversificada que compreende municípios agrícolas que somente contém canaviais, municípios que contém canaviais e usinas, municípios que contém canaviais, usinas e indústrias de equipamentos; todos centralizados por uma cidade de médio a grande porte que conecta a região canavieira às metrópoles e à rede brasileira de cidades, e estas ao mercado internacional de commodities, ou agronegócio globalizado.

Além da cadeia em seus aspectos técnicos, a outra referência fundamental é o mercado de trabalho que atende ao setor e que, da mesma forma determina a territorialização da cadeia produtiva se levamos em consideração os locais de residência dos trabalhadores. Das análises sociológicas desta categoria de trabalhadores rurais, que compreende trabalhadores sazonais, migrantes temporários e conseqüente fixação precária, Oliveira (2013) conclui que o segmento dos cortadores de cana constitui o principal elo de conexão entre as várias regiões que compreende o CAI canavieiro paulista (quicá o centro-sul), haja vista que a mobilidade espacial dos trabalhadores (e todo o aparato que isso demanda)<sup>13</sup> constitui o elemento fundamental desse mercado de trabalho.

#### **PIRACICABA E RIBEIRÃO PRETO**

---

<sup>13</sup> Estamos nos referindo ao perfil desta categoria, apropriadamente denominada por Silva (2009) “errantes do fim do século”, haja vista o deslocamento sazonal que se sujeitam para se empregar nas colheitas de diferentes culturas que se realizam ao longo do ano no território brasileiro. Essa contratação sazonal exige uma logística complexa que envolve soluções, precárias em maior medida, para o transporte em várias dimensões, moradia, alimentação, seguridade social, etc.

Ribeirão Preto e Piracicaba são municípios de forte tradição no complexo canavieiro e altíssima concentração urbana. Piracicaba, um dos maiores municípios paulistas em extensão territorial (1,47 mil km<sup>2</sup>), sedia a mais antiga região canavieira do estado, conta uma população estimada de 380.494 habitantes em 2016, taxa de urbanização de 98,0% (SEADE) e abriga expressivo parque metalomecânico.

Ribeirão Preto, com população estimada de 654.893 habitantes em 2016, ocupa menos da metade da extensão territorial de Piracicaba, aproximadamente 651mil km<sup>2</sup>, apresenta taxa de urbanização ainda mais expressiva, de 99,72% (Seade). A cidade sedia a maior região produtora mundial de açúcar e álcool, tendo suas 21 usinas dentre as principais atividades econômicas da região, fortalecendo o complexo regional formado pelas empresas de máquinas e equipamentos. A localização privilegiada e estrutura urbana moderna tornaram Ribeirão Preto um pujante centro de negócios prestador de serviços, beneficiando-se da condição de sede regional.

Evidencia-se a condição dinâmica dessas cidades expressa no intenso crescimento demográfico no período 1980-2010: Ribeirão Preto quase dobrou sua população no período (90,5%), enquanto Piracicaba teve um crescimento populacional de 70,85%. Dados do IBGE divulgados no jornal local *A Cidade* de Ribeirão Preto, indicam que este foi o município que mais cresceu entre os 30 maiores municípios do Brasil e entre as 24 maiores cidades do estado de São Paulo, crescimento superior ao das principais regiões do estado, capital e Campinas<sup>14</sup>.

O quadro de referência da rede urbana brasileira (Regig, 2007)<sup>15</sup> permite dimensionar o papel dessas cidades: Ribeirão Preto é definida como uma Capital Regional B, estabelecendo a relação do entorno diretamente com São Paulo (“grande metrópole nacional”), Piracicaba classifica-se como Capital Regional C, está subordinada a Campinas (Capital Regional A), que se interpõe entre ela e a capital paulista. A condição de capital regional, evidencia a capacidade de influência no âmbito regional, constituindo referência para um conjunto de atividades de serviços diversificados para grande número de municípios do entorno; distinguem-se por sua grande centralidade regional e conexões com escalas espaciais mais amplas em termos de seu papel nas redes urbanas estadual e nacional, assim como em suas articulações a redes globais. (Ibge, 2008).

<sup>14</sup> Ribeirão Preto atinge 650 mil habitantes, segundo o IBGE. Disponível em [http://www.jornalacidade.com.br/noticias/cidades/cidades\\_internaNOT.aspx?idnoticia=876096](http://www.jornalacidade.com.br/noticias/cidades/cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=876096). Acesso em 14/12/2014.

Aliás, em 2011 a imprensa local informava em tom ufanista o *boom* imobiliário de Ribeirão Preto e os esforços do poder público para promover a revisão do Plano Diretor no sentido de possibilitar a ampliação do perímetro urbano. À época, foi encaminhado projeto a Câmara Municipal que, se aprovado, tornaria o perímetro urbano maior que a área rural, atingindo 54% da área do município. Esta é uma questão que merece análise.

<sup>15</sup> A hierarquia levou em consideração a classificação dos centros de gestão do território, a dimensão regional, a intensidade de relacionamentos e a diferenciação regional. Os centros urbanos são identificados como centros de gestão do território, caracterizados como “aquelas cidades onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço” (IBGE, 2007, p. 9). O estudo identifica dois tipos de sistema urbano: “o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial” (idem). A hierarquia dos centros, por sua vez levou em consideração a classificação dos centros de gestão do território, a dimensão regional, a intensidade de relacionamentos e a diferenciação regional. Tem-se assim, resumidamente, cinco níveis de gestão territorial, a saber: Metrópole, Capital Regional (subdividida em três categorias A, B e C), Centro Sub Regional (subdivididos em duas categorias A e B), Centro de Zona (subdivididos em duas categorias A e B) e Centro Local (cidades menores). Tem-se assim, resumidamente, cinco níveis de gestão territorial, a saber: Metrópole, Capital Regional (subdividida em três categorias A, B e C), Centro Sub Regional (subdivididos em duas categorias A e B), Centro de Zona (subdivididos em duas categorias A e B) e Centro Local (cidades menores) (Ibge, 2008).

Ainda que a diversidade demográfica seja característica das cidades e regiões canavieiras graças às suas distintas temporalidades (Baeninger, et.al, 2013), essas regiões tradicionais desenvolveram perfis distintos. Uma hipótese explicativa, reside justamente na inserção regional e nos papéis que essas cidades desenvolveram no aglomerado urbano que representam: região mais antiga cuja produção remonta ao Ciclo Canavieiro Paulista do século XVII (Petroni, 1968), Piracicaba desenvolveu importante complexo produtivo ligado à agroindústria canavieira, tornando-se fornecedora de máquinas e equipamentos ao setor graças ao seu núcleo metalomecânico constituído desde os anos de 1920. Já Ribeirão Preto, município cafeeiro por excelência, passou a substituir o café partir da crise dos anos 1930, de sorte que a cana-de-açúcar foi uma opção adequada à estrutura fundiária concentrada e aos incentivos concedidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (criado em 1933). A formação do complexo regional, entretanto, se consolidou na década de 1970 com a criação do Proálcool, que permitiu a alavancagem de um novo núcleo metalomecânico de suporte para as usinas da região, projetando-a na década de 1990 como a principal produtora de açúcar e álcool do estado.

Na região de Ribeirão Preto, o complexo desenvolveria uma situação peculiar que Pires (1996) qualificou como *satelização*, organização a partir da qual os diversos municípios passaram a desempenhar funções e atividades diferenciadas, polarizadas por Ribeirão Preto (sede regional e centro de negócios e serviços) e Sertãozinho (centro metalomecânico, produtor de equipamentos).

Os efeitos desse enorme impulso à produção foram diversos: consolidação da monocultura canavieira, concentração fundiária, intensificação do êxodo rural e do emprego de mão de obra temporária na lavoura canavieira. Os impactos urbanos foram dramáticos: a intensa migração de população pobre para essas regiões em busca de oportunidades no CAI canavieiro, seja na lavoura da cana-de-açúcar, seja nas ocupações temporárias de baixa qualificação nas usinas e fábricas de equipamentos, provocou um incremento demográfico sem precedentes, principalmente nas áreas limítrofes do perímetro urbano, contribuindo para a sua expansão e a periferização da cidade. Dados do Ibge demonstram que, em 1979, Piracicaba contava 23 núcleos de favelas com uma população de 10 mil pessoas; em 1993, esses números se elevam a 53 núcleos e 22 mil habitantes (cerca de 10% da população do município). Para Ribeirão Preto, os dados registram 14 núcleos de favelas em 1989 e 820 domicílios, números que se elevam a 17 núcleos e 1333 domicílios em 1990 (Pires, 1996).

O processo de interiorização da indústria foi outro fenômeno que contribuiu sobremaneira para as transformações que essas cidades atravessaram no período 1970-85: localizadas nos principais corredores de transporte do estado formados pelas mais modernas rodovias ligados à capital (Piracicaba através das Rodovias Luiz de Queiroz e sistema Anhanguera-Bandeirantes e Ribeirão Preto através da Rodovia Anhanguera), esses municípios tornaram-se destinos preferenciais das indústrias em busca de custos competitivos. Contaram com investimentos do Programa Cidades Médias e incentivos das prefeituras, principalmente concessão de terrenos, isenção de tributos e execução de infraestrutura básica nas áreas destinadas aos distritos industriais: através da Lei nº 2.564, de 08 de dezembro de 1971, Ribeirão Preto criou seu Distrito Industrial às margens da Rodovia Anhanguera e do anel viário norte; e Piracicaba, através da Lei nº 2.039, de 06 de setembro de 1973, criou a Unidade Industrial Leste – Unileste (Terci, et.al. 2005).

O processo de reestruturação recente do agronegócio, não alterou a posição dessas cidades que se mantiveram como centros urbanos principais das regiões em que se inserem. No âmbito do Complexo agroindustrial canavieiro, Ribeirão Preto consolidou-se como sede de serviços técnicos, financeiros e comerciais da região que representa o segmento mais moderno do agronegócio. Nela

se localizam as sedes de instituições de operação e gestão estratégicas para o setor como o Terminal Multimodal da COPERSUCAR e da UNICA; “o crescimento do interesse e dos investimentos na década de 2000, acentua o seu caráter de centro urbano articulador do território fundamental da cana” (Oliveira, 2013: 93). O segmento industrial de apoio ao CAI canavieiro situa-se em Sertãozinho, município limítrofe com Ribeirão Preto; sedia seis usinas, além de diversas indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos para o setor canavieiro como a Dedini, CALDEMA, Fundação Moreno, CAMAQ, entre outras (idem)<sup>16</sup>.

Em termos regionais Piracicaba, diferente de Ribeirão Preto, ainda que represente a região tradicional e mais antiga, já atingiu o limite com cerca de 310 mil há de área plantada, não pode ser considerada velha ou atrasada. O centro urbano articulador do território representado pela cidade de Piracicaba, constitui importante centro de pesquisas, serviços técnicos, comerciais e financeiros, além de sediar várias das principais indústrias de máquinas e equipamentos constituído “sob o guarda-chuva de uma grande empresa nacional (Dedini S/A Indústria de Base), por diversas outras médias e pequenas (Mausa, NG, Conger, CSj Metalúrgica) e pela presença de empresas estrangeiras (Ethanol Systems, Bosch Engenharia)” (Oliveira Filho; Silveira, 2013, p. 278). Abriga em seu território uma das maiores usinas processadoras a COSAN e detém uma larga lavoura de cana-de-açúcar em seu vasto território rural (cerca de 50 mil há área plantada de cana). Desta forma, diferente de Ribeirão Preto, Piracicaba concentra várias das atividades do setor<sup>17</sup>.

A análise da evolução da participação setorial no Valor Adicionado (VA) desses municípios confirma as diferenças e peculiaridades das respectivas estruturas produtivas. Observa-se, primeiramente, que o elevado peso relativo dos serviços na composição do VA de Ribeirão Preto (81,5% de participação) não esconde a perda marcante de participação da indústria ao longo do período: depois de alcançar sua melhor participação em 1985 (31,45%), representando mais de um terço da composição do PIB municipal, praticamente desaba no período posterior, e em 2000 chega a contribuir com menos de um sexto do PIB (14,89%), cedendo ao setor serviços, que atinge a fabulosa cifra de 84,67%. Na década de 2000, a indústria amplia sua participação, mas ainda assim fica abaixo de 20%. A agricultura tem representação bastante reduzida não atingindo sequer um por cento (0,32%).

Piracicaba apresenta diferente distribuição setorial, predominantemente industrial até 1985 quando esse setor atinge 62,84%, seu índice máximo de participação no PIB municipal. Esse, porém, foi também seu ponto de inflexão, pois a partir de então a indústria declina constantemente segue cedendo espaço ao setor serviços, havendo uma verdadeira inversão entre ambos os setores na composição do PIB municipal em 2011 com 36,13% de participação do setor industrial e 61,88% do setor serviços. A agricultura, por sua vez, também segue perdendo participação relativa, atingindo em torno dos dois por cento de contribuição em 2011.

---

<sup>16</sup> Levando em consideração os papéis e funções dos municípios nessas redes de articulação do Complexo Agroindustrial Canavieiro, dentro da divisão regional do trabalho, Oliveira (2013) classifica os municípios da Região de Ribeirão Preto, a partir de 5 níveis hierárquicos. Ribeirão Preto figura no nível 1 e Sertãozinho no nível 2. No nível 3 estão Jaboticabal, Pitangueiras e Pontal por sediarem mais de uma unidade de processamento de cana-de-açúcar. O nível 4 agrupa os municípios que possuem ao menos uma usina processadora em seu território, Barrinha, Guariba, Jardinópolis, Luiz Antônio, Pradópolis, Santa Rosa do Viterbo e Serrana. Finalmente no nível 5 encontram-se os municípios que se articulam ao CAI canavieiro através de suas plantações de cana, além de muitos constituírem espaços de residência dos trabalhadores: Altinópolis, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Monte Alto, Santa Cruz da Esperança, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul e Taquaral. (Oliveira, 2013: 97)

<sup>17</sup> A região está por merecer uma classificação hierárquica de seus municípios em relação ao Cai canavieiro a semelhança da realizada por Oliveira (2013) para Ribeirão Preto e Presidente Prudente, tarefa a que nos dedicaremos brevemente.

Comparando-se ainda os PIBs municipais, totais e per capita, obtém-se outro indicativo revelador: ainda que em valores absolutos o VA de Ribeirão preto seja superior ao de Piracicaba, observa-se que a evolução deles entre 2010 e 2013 foi superior para Piracicaba (de R\$12 para R\$20 milhões) em relação a Ribeirão Preto (de R\$17 para R\$23 milhões), tanto que Piracicaba aumentou sua participação no PIB estadual entre 2010 e 2013 de 0,94% para 1,18%, enquanto Ribeirão Preto manteve praticamente a mesma participação – de 1,35% em 2010 para 1,37% em 2013.

Para além das diferenças, importa destacar o desempenho econômico desses dois municípios nesses anos de baixo crescimento, destacadamente o fato de terem sido foco preferencial das corporações multinacionais, conforme destacamos nas sessões anteriores. Na escala nacional, segundo Oliveira (2013), além do mercado interno ampliado, corroboram em sentido vertical e horizontal, as ações das várias esferas de governo e das empresas do setor de caráter nacional e suas articulações.

O novo cenário marcado pela desregulamentação da economia levou os agentes a se mobilizarem, inclusive aqueles que até então se mantiveram acomodados e/ou silenciados (considerando-se os vinte anos de regime autoritário), “já que anteriormente o Estado assumia não só as funções de planejamento e comercialização dos produtos do setor, como também era o mediador dos conflitos que sempre permearam sua história” (Barros; Moraes, 2002, p. 157).

Na esfera local, passaram a ampliar sua influência nas decisões de política econômica e planejamento, seja através da criação de novos arranjos produtivos como as APLs, articulando poder público, poder privado, universidades e demais institutos de ensino e pesquisa, seja participando das parcerias público-privadas para viabilizar os empreendimentos, o objetivo é potencializar as externalidades positivas a partir da aglomeração industrial. Em Piracicaba a criação do Arranjo Produtivo do Álcool (APLA) é ilustrativo. Viabilizado em uma parceria entre Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, governo do Estado e Prefeitura de Piracicaba, reúne destilarias, indústrias, instituições e centros de pesquisa<sup>18</sup>. Lançado oficialmente em 2006, e oficializado em abril de 2007, o Apla abrange 25 municípios paulistas da região do Vale do Piracicaba e visa, através da colaboração entre os associados, buscar alternativas para alavancar a cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro, possibilitando a redução de custos de produção e o incremento da competitividade das empresas da região. (Masquietto; Sacomano Neto e Giuliani, 2010).

As iniciativas não pararam por aí! Apesar da situação econômica pouco alvissareira, um grupo de instituições formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), secretarias de governo e empresários, lançou o projeto *AgtechValley*, ou Vale do Piracicaba, pretendendo criar uma espécie de “Vale do Silício” do agronegócio. O conglomerado pretende reunir empreendimentos tecnológicos que têm o agronegócio como área de atuação. Vai ter concorrência entretanto, pois Sertãozinho, localizado na região de Ribeirão Preto, sem constituir arranjo institucional obtivera, na década de 2000, o título de “Vale do Silício do biocombustível”, graças a sua reconhecida força de atração dos investimentos do setor e “para celebrar o prestígio

<sup>18</sup> APL do álcool será assinado amanhã.  
<http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/apl+do+alcool+sera+assinado+amanha.aspx>. Acesso em 09/07/2016. São parceiros a Acipi, Aderp, Cena, Copervap, Grupo Cosan, CTC, Esalq, Fumep, Piracicaba 2010, Pólo Nacional de Biocombustíveis, Sistema Agroindustrial Integrado, Sebrae-SP, Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Senai, Simespi, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Químicos, Sindicato Rural Patronal, Sindicato Rural de Trabalhadores Rurais, Unimep, Usina Bom Retiro, Usina Pederneira, Usina Furlan, Usina Iracema, Usina Pilon e Usina São José.

que conquistava, a cidade gastou R\$300 mil nos novos portões de entrada e mais R\$2,5 milhões em uma estátua do Cristo Redentor de 57 metros de altura, que apequena a original do Rio de Janeiro”<sup>19</sup>.

Ribeirão Preto também inaugurou o seu parque tecnológico em março de 2014, o Supera Parque, empreendimento que contou com uma parceria entre a Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde (Fipase), a USP, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e reúne a Supera Incubadora de Empresas, o Supera Centro de Tecnologia e o Centro de Negócios. Localizado no compus da USP-Ribeirão Preto, numa área de cerca de 300 mil metros quadrados, o Supera Parque objetiva “atrair empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) e que investem em produtos e processos inovadores, nas áreas do Complexo Industrial da Saúde (CIS), biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia”<sup>20</sup>. A unidade gestora do Supera está a cargo da Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde (Fipase), criada em 2001 pela Prefeitura Municipal “com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional através do apoio a empresas de base tecnológica”<sup>21</sup>.

Evidencia-se assim, outra manifestação da guerra de localização orquestrada por essas parcerias que impactam sobremaneira a produção do solo urbano as receitas municipais, pois atrás de projetos dessa natureza avultam projetos imobiliários. Em Piracicaba, onde a expansão do perímetro urbano é astronômica, mal o “Vale do Piracicaba” veio a público, uma empresa do ramo imobiliário já anunciou o lançamento de três loteamentos residenciais, sendo dois populares e um alto padrão: “estávamos com dois loteamentos para serem lançados em 2018 por conta da crise, e antecipamos porque sabemos que vamos ter demanda de novas moradias com a instalação desse polo de agricultura aqui”, comenta o vice-presidente da empresa<sup>22</sup>.

Vale então verificar os efeitos reais desses arranjos produtivos e suas articulações multi-escalares nas cidades. São muitos os aspectos a serem analisados, mas para efeito deste trabalho, destacamos os impactos sobre o gasto público e os conflitos flagrantes com o principal instrumento de planejamento urbano, os planos diretores desses municípios.

## **GESTÃO URBANA: ENTRE O EMPRESARIAMENTO URBANO E A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE**

Conforme salientou-se, desde a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, a gestão urbana vem se debatendo entre dois determinantes contraditórios: de um lado o novo marco regulatório que amplia as prerrogativas dos municípios, porém subordina a dinâmica urbana às funções sociais da cidade. Ademais, a exigência de que os Planos Plurianuais de Investimentos contemplem as propostas dos PDs contribui para coordenar gestão orçamentária, ordenamento urbano e

<sup>19</sup> Sertãozinho: a decadência da cidade que já foi o “Vale do Silício do biocombustível”. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1358603-sertaozinho-a-decadencia-da-cidade-que-ja-foi-o-vale-do-silicio-do-biocombustivel.shtml>. Acesso em 09/07/2016.

<sup>20</sup> Supera Parque é inaugurado em Ribeirão Preto e deve impulsionar desenvolvimento tecnológico. Disponível em: <http://www5.usp.br/41904/supera-parque-e-inaugurado-em-ribeirao-preto-e-deve-impulsionar-desenvolvimento-tecnologico/>. Acesso em 09/07/2016.

<sup>21</sup> Fipase. Disponível em: <http://superaparque.com.br/fipase/>. Acesso em 09/07/2016.

<sup>22</sup> Empresas miram ‘Vale do Silício’ da agricultura e mudam para Piracicaba. Disponível em : <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2016/06/empresas-miram-vale-do-silicio-da-agricultura-e-mudam-para-piracicaba.html>. Acesso em 09/07/2016.

investimentos públicos, de modo a estabelecer prioridades sociais e correção das distorções históricas na perspectiva da inclusão urbana (Bueno, 2007).

De outro lado, entretanto, tais prerrogativas, estão a contramão da conjuntura liberalizante preconizada pelo estado mínimo, pela desregulamentação dos mercados e pelas novas imposições da competitividade internacional que projetam as cidades e demandam dos gestores municipais um perfil marcadamente empreendedor. Essa tendência sugere a “governança urbana”, isto é, uma orientação em que

a dimensão política do governo se esvai na ideologia da gestão urbana, se funde e se confunde com a administração empresarial lucrativa da cidade e estabelece novos ordenamentos, regulamentações, além de institucionalizar processos de expulsão de moradores e a segregação socioespacial como norma e sentido das ações de uma administração público-privada da cidade” (Carlos; Volochko; Alvarez, 2015, p. 10).

O empreendedorismo dos prefeitos pode ser identificado nos novos arranjos produtivos que, invariavelmente tem contado com a presença de órgãos públicos, além do enorme investimento em infraestrutura urbana, principalmente na mobilidade, através da abertura, alargamento, recapeamento de ruas e avenidas, construção de pontes e viadutos. Piracicaba tornou-se um verdadeiro canteiro de obras nos últimos anos, principalmente após a criação do Parque Automotivo para a instalação de uma unidade da Hyundai.

A expansão imobiliária de Ribeirão Preto também apoia-se no desempenho de suas principais atividades econômicas. Projeto residencial recém lançado na área oeste, formada por diversos bairros em desenvolvimento e por novas construções de empreendimentos habitacionais e comerciais, visa a atingir estudantes e profissionais da saúde, bem como empresários e profissionais do agronegócio, pois abriga a sede da USP, o Hospital das Clínicas, o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto - espaço de eventos da *Agrishow*, entre outros. É considerada uma área em expansão, pois abrigará brevemente a construção do Shopping Vila Planalto e do Parque Ecológico Rubem Cione, previsto para ser o maior da cidade. O empreendimento será viabilizado em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal<sup>23</sup>.

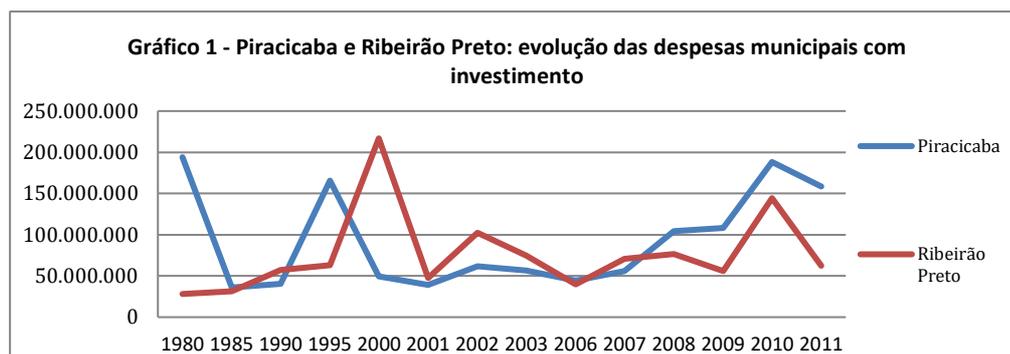
A análise do gasto público municipal constitui outro indicativo emblemático das prioridades que os governos municipais tem dado às receitas. Da composição das receitas municipais destaca-se a participação dos municípios na destinação do ICMS, pois ele é revelador do desempenho econômico dos municípios.

A participação de Piracicaba na arrecadação do ICMS foi superior a de Ribeirão Preto até 1990 quando ocorre uma inversão. De fato, desde 1980, a crise e posterior desativação do Proálcool abalou significativamente a economia piracicabana que continua em declínio até 1995. Ao longo período que se segue, observa-se um movimento ascendente, mas é somente em 2015 que consegue recuperar e superar ligeiramente o índice de participação de 1980 (1,025%) atingindo 1,065%. Ribeirão Preto, ao contrário, registra movimento ascendente em todo o período, literalmente dobrando sua participação relativa: de 0,704% em 1980 para 1,404% em 2015. Uma hipótese refere-se a possibilidade de concorrência entre as regiões pelos recursos do Proálcool e mesmo destinação dos investimentos privados entre os anos 1980 e 1990 e, mais recentemente,

<sup>23</sup> Vitta Residencial investe na região oeste de Ribeirão Preto. Disponível em : <http://www.pautas.incorporativa.com.br/a-mostra-release.php?id=30194>. Acesso em 09/07/2016.

quando a região de Ribeirão Preto passou a ser considerada a mais importante e moderna região canavieira do país.

No que se refere aos gastos e prioridades, privilegia-se os valores referentes à Gestão Ambiental, Saneamento, Habitação, Urbanismo, Investimentos. Inicia-se pelas despesas municipais com investimentos, pois é a única rubrica que permite uma análise desde 1980, conforme o gráfico que se segue.



Fonte: Seade. Elaboração própria.

Os dados são bastante reveladores do empreendedorismo em ambos os municípios<sup>24</sup>. A queda dos investimentos entre 1980 e 1985 em Piracicaba é mais um indicativo da crise econômica que o município enfrentou com a desativação do Proálcool. A retomada ocorre apenas a partir de 1990 com o boom das commodities e tem-se um pico em 1995 para em seguida voltar aos patamares de 1985. A partir de 2006, os investimentos reassumem um movimento ascendente, superando o pico de 1995. Tais investimentos estão relacionados a obras de grande envergadura na estrutura viária de Piracicaba, bem como às instalações dos distritos industriais, do Centro Automotivo e do Parque Tecnológico, evidências do *empresariamento* urbano.

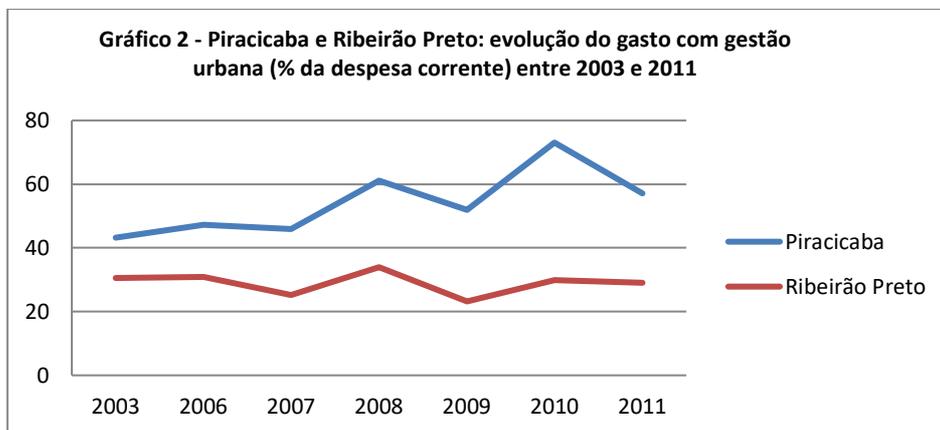
Em Ribeirão Preto, o pico de investimentos ocorre apenas em 2000, após a liberalização do câmbio, mas a hipótese ainda se sustenta se ponderarmos que a política cambial era considerada a maldição das commodities. Na sequência o ritmo dos investimentos apresenta altos e baixos, com um pico em 2010, ano em que se anunciam três grandes investimentos imobiliários na cidade: i) a instalação de uma unidade do Sam's Club/Wall Mart; ii) dois projetos da Halna Empreendimentos, um condomínio industrial (CLB Ribeirão Preto) e o Centro Profissional Ribeirão Shopping / Multiplan ligado ao Ribeirão Preto Shopping Iguatemi, um complexo multiuso, que combina empreendimentos comerciais e residenciais com operações de shopping centers e iii) a Park X - Halna Empreendimentos, um grande empreendimento residencial<sup>25</sup>.

A evolução do gasto com a gestão urbana, também são reveladores das prioridades dos governos municipais. As curvas tem praticamente o mesmo desenho para os dois municípios, sendo que

<sup>24</sup> Uma confrontação interessante para averiguar a destinação desses investimentos pode ser realizada através da Pesquisa de Investimentos Anunciados, realizada pelo SEADE.

<sup>25</sup> Dados extraídos da PIESP-SEADE, confirmados nos sites: <http://www.ribeiraoshopping.com.br/imprensa/centro-profissional-ribeiraoshopping>; <http://www.omconsult.com.br/noticias/clb-ribeirao-preto-condominio-logistico/>; <http://www.halna.com.br/halna/empreendimentos>. Importante investigar posteriormente os impactos de tais empreendimentos na produção do solo urbano, bem como no encarecimento dos imóveis, importantes indicativos da inclusão/exclusão urbana.

Piracicaba destina aproximadamente o dobro de recursos que Ribeirão Preto. Observa-se a inflexão no ano da crise internacional de 2008, quando Ribeirão Preto atingiu seu índice mais elevado, ao passo que Piracicaba seguiu ampliando a rubrica, com um pico de investimentos em 2010. Tais despesas se relacionam a infraestrutura urbana em resposta aos investimentos privados acima registrados, conforme se observa no gráfico abaixo:



Fonte: Seade. Elaboração própria

É nesse contexto de grandes transformações urbanas que acontece o processo dos planos diretores de desenvolvimento urbano, correndo em paralelo à engrenagem econômica e à dinâmica territorial urbana; sim, em paralelo, pois as contradições entre o marco regulatório e os processos urbanos são flagrantes.

O processo do Plano Diretor de Piracicaba, revisado e aprovado em 2006, é elucidativo do alcance desse instrumento de política urbana. Ainda que tenha seguido à risca os determinantes do Estatuto da Cidade, estudo recente (Goulart; Terci; Otero, 2013) identificou que sucessivas Leis Complementares comprometeram o principal eixo estruturador do PD de Piracicaba, que estabelecia o congelamento do perímetro urbano visando à ocupação dos vazios que correspondiam, em 2000, a 50% do território. Atendendo à lógica da especulação imobiliária, esse propósito foi sistematicamente desrespeitado: entre 2004 e 2010 o perímetro urbano foi ampliado em oito oportunidades, representando um crescimento de 32% e os vazios urbanos passaram a 52% do perímetro. As principais ampliações deveram-se as demandas industriais: a LC 186/2006 que instituiu o Distrito Industrial Noroeste em atendimento a implantação de unidade do setor sucroalcooleiro, e em 2008 na região nordeste para a implantação do Parque Automotivo de Piracicaba, denotando a postura do poder público condizente com o *empresariamento* da gestão urbana. Excetuando-se as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), regulamentadas pela Lei 246/2009 visando instrumentalizar a política habitacional para o Programa Minha Casa Minha Vida, os principais instrumentos de gestão urbana não foram regulamentados (outorga onerosa, IPTU progressivo), o que indica que a expansão urbana desrespeitou o Estatuto da Cidade (Goulart; Terci; Otero, 2013).

Assim, a partir de agosto de 2013 o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) deu início a uma série de fóruns de debate de novo processo de revisão do PD de Piracicaba, marcado para o primeiro semestre de 2014. Segundo a direção do órgão, o principal aspecto a ser revisto diz respeito à insuficiência do Plano enquanto instrumento de gestão tendo em vista a ausência de regulamentação dos instrumentos específicos que impedem a auto-aplicabilidade do PD. Tal diagnóstico deve-se à pesquisa patrocinada pelo Ministério das Cidades, levada a termo

pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos<sup>26</sup>. Outra referência diz respeito à criação pela LC 1.178 de 26/06/2012, da Aglomeração Urbana de Piracicaba como unidade regional da Macrometrópole Paulista (MMP), prevendo a instrumentalização do planejamento integrado de políticas públicas entre municípios e governo do estado. Inaugura-se um novo momento de discussões sobre o planejamento da cidade em que a regulamentação dos instrumentos de gestão e a inserção regional da cidade devem ser considerados, momento bastante oportuno para acompanhar o processo e dar continuidade a pesquisa.<sup>27</sup>

O Plano Diretor de Ribeirão Preto, criado em 1995 e alterado 2003, deu nova entrada na Câmara de Vereadores em 2013 para atualização, mas foi rejeitado. Segundo se depreende das notícias veiculadas na imprensa local, a ausência de consulta pública que promovesse o debate sobre a proposta e garantisse o caráter participativo do processo conforme o Estatuto da Cidade gerou toda sorte de problemas, e os vereadores foram pressionados pelo Ministério Público e por entidades civis (CIESP de Ribeirão Preto, particularmente) a rejeitarem a proposta. Dois foram os pontos polêmicos que causaram a rejeição: uma emenda parlamentar (assinada por onze vereadores) que, se aprovada, permitiria a exploração imobiliária de área de afloramento do Aquífero Guarani que abastece Ribeirão Preto e é considerado o maior manancial de água doce subterrânea do mundo<sup>28</sup>. Na verdade, o controle da densidade da ocupação do solo nas áreas de recarga do Aquífero Guarani e em setores de drenagem e esgotamento sanitário foi incluído no texto da revisão do PD de 2013, como diretriz da organização físico-territorial, cujo eixo de ocupação orienta “priorizar a ocupação dos vazios urbanos nos Anéis de Crescimento em ordem crescente a partir do distanciamento do Anel Viário definido no caput, com critérios definidos no Código do Meio Ambiente e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo”.

O outro artigo, de número 13<sup>o</sup>, permite ao Poder Executivo autorizar “por meio da outorga onerosa a alteração de uso rural para uso urbano nas áreas de expansão urbana externas ao Anel Viário, desde que o beneficiário preste uma contrapartida a ser definida em lei específica”. O argumento foi que a outorga onerosa feria o Estatuto da Cidade, onerando o investidor. Com a rejeição, o município pode estourar o prazo de dez anos que tem para realizar a revisão de seu PD e perder o direito às verbas do governo federal. Novamente em 12/2015 outra tentativa de revisão é rejeitada pela Câmara devido a mesma polêmica sobre área de preservação.<sup>29</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos explorar neste artigo a peculiaridade determinante do desenvolvimento dessas cidades que reside no fato de desempenharem o papel chave de sede de duas grandes regiões do complexo agroindustrial canavieiro, e portanto, nas redes de produção e distribuição do agronegócio globalizado. Reconhecemos que resta muito a investigar, nesta dimensão, conhecer as especificidades e funções do espaço intra-urbano dessas cidades, considerando as distintas

<sup>26</sup> A pesquisa foi patrocinada pelo Ministério do Trabalho, levada a termo pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos. (Santos Jr., Montadon, 2011).

<sup>27</sup> A esse respeito, ver sítio do Iplap, Disponível em: <<http://iplap.com.br/site/plano-diretor/revisao-plano-diretor-2013/>>. Acesso em 24 jun. 2014.

<sup>28</sup> Câmara rejeita Plano Diretor De Ribeirão e vereador fala em ‘Acordo’. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/02/camara-rejeita-novo-plano-diretor-de-ribeirao-e-vereador-fala-em-acordo.html>. Acesso em 14/02/2014.

<sup>29</sup> Base de Darcy Vera rejeita revisão do Plano Diretor de Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/12/base-de-darcy-vera-rejeita-revisao-do-plano-diretor-de-ribeirao-preto-sp.html>. Acesso em 09/07/2016.

dinâmicas regionais na qual estão inseridas (Baeninger, *et al.*, 2013). Ou seja, cabe investigar, as dinâmicas urbanas específicas que têm condicionado o desenvolvimento dessas cidades, em face de suas particularidades em relação tanto às metrópoles quanto às demais cidades que compõem suas regiões de inserção. Isso requer uma análise do quadro urbano contemporâneo desses municípios levando em conta se são identificáveis diferenças significativas frente às dinâmicas históricas de produção de seus espaços urbanos. Essa avaliação deverá ser balizada pelas premissas do Estatuto da Cidade e sua incorporação aos novos Planos Diretores municipais elaborados ao longo da década estudada, identificando seus impactos na dinâmica urbana.

Na dimensão urbanística chama a atenção a dramaticidade da questão urbana mais premente e sempre não resolvida: a exclusão e a segregação patrocinadas pela nova agenda do *empresariamento* urbano. São deveras evidentes as consequências dos rumos que tem tomado a expansão e produção do solo urbano desde 1990, com o *boom* da construção civil na proliferação dos condomínios residenciais, industriais, shopping centers, arranjos produtivos, patrocinados pelas corporações imobiliárias. Saltam aos olhos o crescimento das cidades e sua periferização e as flagrantes contradições (a exemplo de Piracicaba), e conflitos (a exemplo de Ribeirão Preto) com os planos diretores de desenvolvimento urbano, cujos processos ainda carecem de análise cuidadosa, principalmente no sentido de avaliar a hipótese aqui explicitada.

Além da legislação urbanística propriamente dita, cabe aprofundar a análise aqui esboçada sobre os impactos das políticas federais recentes, particularmente a política de apoio e incentivos ao agronegócio ligado ao complexo agroindustrial canavieiro e o ambicioso programa habitacional brasileiro representado pelo Programa Minha Casa. As pressões ambientais e trabalhistas, bem como as exigências internacionais de certificação da sustentabilidade ambiental e social dos subprodutos do CAI canavieiro, tem contribuído para alterar de forma muito positiva os impactos da cadeia produtiva do setor, reduzindo seus passivos. O mesmo não pode ser dito do programa habitacional. Estudos recentes têm evidenciado uma distorção flagrante produzida pelo PMCMV: longe de contribuir para equacionar os problemas da segregação urbana, tem servido à promoção e ao acirramento do histórico padrão centro-periferia, agora em outros termos, mas com igual radicalidade na diferenciação dos espaços destinados a ricos e pobres. (Goulart; Terzi; Otero, 2013)

## REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R., et. al. (org.) (2013). *Regiões Canavieiras*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Centro de Pesquisas meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura-CEPAGRI/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação-NEPA/Unicamp.
- BARROS, G.S.C.; MORAES, M.A.F.D. “A desregulamentação do Setor Sucoalcooleiro” em *Economia Agrícola*, V. 22, nº 2, p. 153-173, 2002.
- BRANDÃO, C. (2004). *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbano e regionais*. Campinas: IE-UNICAMP. Dig. 2004.
- \_\_\_\_\_. (s/d). “Notas sobre a dimensão urbano-regional do desenvolvimento capitalista no Brasil”. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper40.pdf>. DIG. Acesso em 09/02/1914.

- BUENO, L.M.M. (2007). “Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão”. In: Bueno, & Cymbalista, R. (orgs.). *Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial*. São Paulo: Annablume.
- CANO, W. (Org.) (1998), *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo*. Coleção Economia Paulista. v.1, n.1. São Paulo: Seade.
- \_\_\_\_\_. et al. (2007). *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alinea.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (orgs) (215). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto.
- CASTELLS, M. e BORJA, J. (1996), “As cidades como atores políticos”, em *Novos Estudos*, n. 45.
- DIEESE (2011). “Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil”. *Nota Técnica* n. 100, junho de 2011. Disponível em <[www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec100Desindustrializacao.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec100Desindustrializacao.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2012.
- ELIAS, D. (2011) “Agronegócio e novas regionalizações no Brasil”, em *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V. 13, N.2, p. 153-167, Novembro.
- \_\_\_\_\_. (2013). “Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil” em *ACTA Geográfica, Boa Vista. Ed. Esp. Geografia Agrária*, p. 13-32.
- ESTATUTO DA CIDADE (2002), *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº. 10.257, de 10/7/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- GOULART, J.O.; TERCI, E.T.; OTERO, E.V. (2014). “Planos Diretores Participativos e gestão urbana em cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade” em *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, V. XIX. Universidad de Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geogrit/bw-ig.htm>>.
- \_\_\_\_\_. (2013) “A dinâmica urbana de cidades médias no interior paulista sob o Estatuto da Cidade” em *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V.15 n.1, 2013.
- HARVEY, D. (1996). “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”, em *Espaço & Debates– Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano XVI, n. 39, p. 48-64, 1996.
- KOGA-VICENTE, A.; ZULLO JUNIOR, J.; AIDAR, T. (2013) “Evolução da produção da cana-de-açúcar em regiões canavieiras tradicionais e em expansão do estado de São Paulo”, em Baeninger, R. et. Al. *Regiões Canavieiras*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Centro de Pesquisas meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura-CEPAGRI/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação-NEPA/Unicamp.
- OLIVEIRA, R.A.D (2013). “A articulação das dinâmicas regionais a processos multi-escalares: situando a mobilidade espacial recente dos canavieiros”, em Baeninger, R. et.al. (orgs.) *Regiões Canavieiras*. Campinas: NEPO/CEAGRI/NEPA/UNICAMP, 2013.

- PASTRE, R. (2015). Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-oeste (1994-2014). Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade de Estadual de Campinas.
- PAULINO, L.A. (2002). "O Brasil, seus Sócios e Seus Negócios", in *São Paulo em Perspectiva*, 16(2): 82-93.
- PETRONE, M.T. S (1968). *A lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel.
- PIRES, M.C.S. (1995). "O processo de urbanização e a organização do espaço em uma região canavieira: a região de Ribeirão Preto". Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP. 1995.
- PURUSHOTHAMAN, R.; WILSON, D. (2003) "DreamingWith BRICs: The Path to 2050" en *Global Paper 99*. GS Global Economics Website. 1st. October.
- ROLNIK, R.; KLINK, J. (2011). "Crescimento econômico e desenvolvimento urbano", en *Novos Estudos*, 89. São Paulo: CEBRAP, 2011.
- SANTOS, M. (2009) *A urbanização brasileira*. 5ªed, 2ª reimp. São Paulo: Edusp.
- SANTOS JR., O.A. e MONTANDON, D. T. (2011), *Os Planos Diretores Municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ.
- SASSEN, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel.
- SEADE (2012). *PIB dos municípios paulistas 2000-2010*. São Paulo: Fundação Seade.
- SILVA, M. A. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora UNESP.
- IBGE (2008). *Regiões de Influência de Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE.
- SOUZA, M.A. (2004). "O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente" en Deak, C; SCHIFFER, S.R. (orgs.), *O processo de urbanização do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- TERCI, E.T. et. al. (2005). *Desconcentração Industrial: Impactos socioeconômicos e urbanos no interior paulista (1970-1990)*. Piracicaba: MB Editora.
- TERCI, E.T. (2009). "Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara D Oeste" en *História Econômica & História de Empresas*, v. XII.
- VAINER, C. B. (2000). "Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano", en Arantes, O.; Vainer, C.B.; Maricato, E. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.